# PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ENSINO DE PROJETO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: aproximação e revisão sistemática de literatura[1]

**PEREIRA, Gabriela Morais (1); MARTINS, Mateus Santos (2)**

(1) Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, gabriela.pereira@udesc.br

(2) Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, ms.martins@edu.udesc.br

## RESUMO

Este artigo apresenta um resultado parcial de uma pesquisa, que investiga a participação popular no ensino de Habitação de Interesse Social (HIS) em cursos de Arquitetura e Urbanismo de universidades públicas brasileiras, com o objetivo de identificar como a participação popular é incorporada na formação dos arquitetos. Adotou-se como método uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com análise de 10 artigos publicados entre 2013 e 2023 em três repositórios científicos. Os textos foram classificados em categorias temáticas: buscando encontrar registros de estratégias pedagógicas para ações de Assistência técnica à HIS vinculadas ao ensino. Os resultados indicam a predominância de práticas ligadas à extensão, e escassez de experiências curriculares obrigatórias. Conclui-se que há uma lacuna na formação acadêmica voltada à atuação junto à população vulnerável, o que justifica o aprofundamento da pesquisa por meio de novos levantamentos em anais de eventos acadêmicos e análise curricular institucional.

**Palavras-chave**: Arquitetura e Urbanismo; Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social; Participação Popular; Ensino de Projeto; Habitação Social.

## *ABSTRACT*

*This paper presentes a partial resulto of a study that investigates popular participation in the teaching of Social Housing (HIS) in Architecture and Urban Planning courses at Brazilian public universities. The study seeks to identify how popular participation is incorporated into the educational process of architects. A Systematic Literature Review (SLR) was adopted as the method, with analysis of 10 articles published between 2013 and 2023 in three scientific repositories. The texts were classified into thematic categories, searching the identification of pedagogical strategies for assitent to HIS linked to teaching. The results indicate the predominance of practices, linked to extension, and a scarcity of mandatory curricular experiences in the curriculum. It is concluded that there is a gap in academic training focused on the pratice with vulnerable populaation, which justifies further research through new surveys in academic event annals and institutional curriculum analysis.*

***Keywords**: Architecture and Urbanism; Technical Assistance for Social Housing Popular Participation; Project Teaching; Social Housing.*

[1] PEREIRA, Gabriela Morais; MARTINS, Mateus Santos. PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ENSINO DE PROJETO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: aproximação e revisão sistemática de literatura. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 9., 2025, São Paulo. Anais... São Paulo: FAUUSP, 2025. p. 1-8. DOI 10.46421/sbqp.v9i.7889

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a garantia à moradia adequada[2] pela população em situação de vulnerabilidade é tema recorrente e anterior à própria consagração desse direito pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º (BRASIL, 1988).

Ao longo das décadas, diversas estratégias e políticas públicas foram propostas com o objetivo de atender às famílias que almejam um lugar para viver. Um dos programas mais expressivos, pelo número de unidades entregues – 4,3 milhões em seus 10 primeiros anos – foi o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), lançado em 2007 (ANTUNES, 2019). Apesar dos números significativos, o programa foi alvo de críticas, especialmente quanto à sua implementação. Dentre os principais apontamentos negativos, destacam-se a intensificação da periferização de populações já marginalizadas (OLIVEIRA e MANZI, 2020) e a condução da política habitacional baseado em uma lógica mercantil do acesso a moradia, em detrimento de uma abordagem centrada no alcance de direitos básicos como relata Porcionato (2016).

Atualmente, estima-se um déficit habitacional de mais de 6,2 milhões de domicílios, além de aproximadamente 26,5 milhões de moradias urbanas apresentando algum grau de inadequação, segundo dados da Fundação João Pinheiro (2022).

Nesse contexto, as ações, estratégias e serviços promovidos por Assessorias e Assistências Técnicas, asseguradas pela Lei nº 11.888/2008 – conhecida como a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) – configuram-se como instrumentos relevantes para a mitigação desse panorama. Uma vez que a lei estabelece o direito e as diretrizes para o acesso das famílias de baixa renda à gratuidade de serviços públicos de arquitetura, engenharia e áreas correlatas, visando à qualificação da moradia como direito social.

As práticas de ATHIS, ao promoverem a interlocução direta com famílias, cooperativas, associações de moradores e outros grupos organizados, possibilitam um exercício mais concreto e democrático do direito à moradia. Ao contrapor-se à impessoalidade dos modelos tradicionais de provisão habitacional, tais práticas valorizam o envolvimento direto dos beneficiários, potencializando a adequação cultural, técnica e funcional das soluções habitacionais.

Nesse sentido, ao considerar o arquiteto como o profissional responsável pela coordenação dos processos de assessoria técnica, espera-se que este apresente, além das habilidades técnicas, competências relacionais, como a comunicação horizontal e a escuta ativa junto às populações atendidas. Tais capacidades, ainda que características de cada indivíduo, são igualmente passíveis de desenvolvimento no ambiente acadêmico, especialmente quando inseridas nas experiências práticas promovidas pelas disciplinas de Projeto de Habitação de Interesse Social (HIS).

Diante disso, destaca-se a importância de práticas pedagógicas que exponham os estudantes à realidade do público atendido pela ATHIS. Com base nisso, a pesquisa aqui apresentada se orienta pela seguinte pergunta: Quais estratégias e dispositivos

[2] Uma *moradia adequada* é, segundo o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CESCR) da ONU (1991), aquela que atinge critérios tais como: Segurança da posse; Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; Economicidade; Habitabilidade; Acessibilidade; Localização e Adequação cultural.

que promovem a participação popular têm sido aplicados nas disciplinas de Projeto de Habitação de Interesse Social nas universidades federais e estaduais brasileiras?

Para responder tal pergunta, desenha-se a pesquisa: "Participação Popular em Ações de Ensino de Habitação de Interesse Social: identificação e caracterização de métodos e procedimentos" estruturada nas seguintes etapas: (1) Aproximação e identificação do problema; (2) Revisão sistemática de literatura; (3) Levantamento e mapeamento de dados; (4) Formulação e aplicação de questionários; (5) Revisão e comunicação de resultados. O presente artigo contempla as etapas 1 e 2.

## 1.1 Panorama da temática de HIS no ensino superior de universidades públicas

Em vista tais apreensões, mesmo a ATHIS exigindo uma equipe multidisciplinar, o arquiteto tem papel relevante e é, de sobremaneira importante a vivência do diálogo horizontal com a população já em sua formação universitária.

A inserção de metodologias participativas nas disciplinas de projeto, voltadas a comunidades em situação de vulnerabilidade, é uma ferramenta formativa de grande valor. Além de proporcionar uma compreensão mais profunda dos aspectos que compõem o diagnóstico do território, tais práticas instigam nos futuros profissionais a reflexão crítica sobre o papel social do arquiteto e a necessidade de incluir a população de baixa renda nos processos de apreensão, planejamento e proposição de projetos arquitetônicos (ALDIGUERI et al, 2022).

Entretanto, no que diz respeito à temática de HIS e ATHIS, o panorama atual dos cursos de Arquitetura e Urbanismo contraria esse ideal. Schwertz e Bernardini (2022) identificaram que dos 79 cursos de Arquitetura e Urbanismo paulistas, criados após a promulgação da lei da ATHIS, apenas 3 apresentavam em suas matrizes curriculares disciplinas voltadas à temática da HIS ou às políticas públicas. Ainda mais preocupante, os pesquisadores destacam que, embora alguns cursos ofereçam disciplinas que tangenciem as políticas públicas, há pouco aprofundamento no tema da ATHIS. Em muitos casos, essas disciplinas aparecem apenas como optativas nos Projetos Pedagógicos dos Curso (PPCs). Dessa forma, mesmo o tema não totalmente invisibilizado na graduação, é evidente sua marginalização e o fraco incentivo institucional para sua consolidação como eixo estruturante na formação profissional.

Corroborando essa tendência, Porangaba (2019), ao abordar o tema da Habitação de Interesse Social na graduação, demonstrou que, dos 42 cursos de graduação das Universidades Federais, apenas 16 indicavam essa temática em seus Planos Políticos Pedagógicos, dos quais 09 o incluíam em atividades optativas e apenas 04 como disciplina específica e obrigatória. Esses dados evidenciam um cenário no qual a formação universitária em Arquitetura e Urbanismo pouco se compromete com a formação de profissionais capazes de atuar em contextos populares e periféricos.

Logo, pode-se questionar quais motivações levam uma temática tão importante ser, por vezes, ignorada pelas instituições federais de ensino superior. Esse padrão se repete também nas universidades estaduais? E, por fim, quais experiências de ensino em HIS têm sido efetivamente compartilhadas no meio acadêmico – e entre elas, quantas estão de fato integradas à prática projetual?

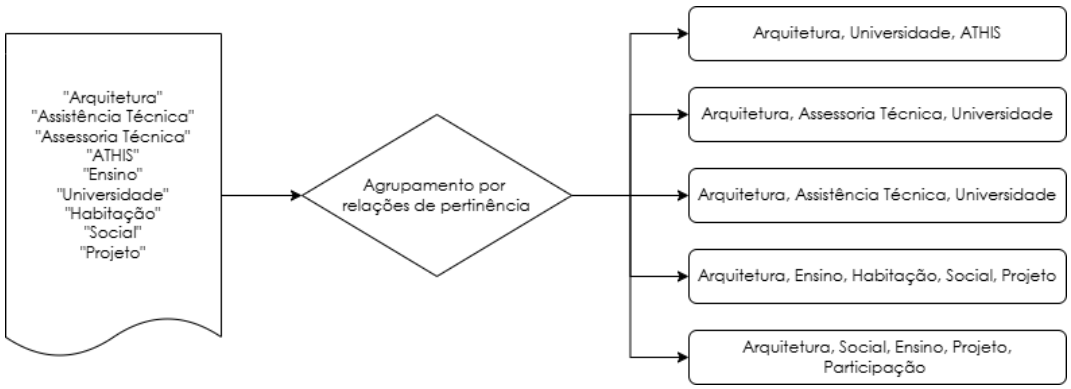
## 2 METODOLOGIA

A fim de compreender a realidade do ensino de HIS nos currículos da graduação em Arquitetura e Urbanismo, bem como responder às questões norteadores desta pesquisa, optou-se pela adoção da Revisão Sistemática da Literatura (RSL) como procedimento metodológico. A escolha pela RSL fundamenta-se em sua capacidade de aproximar o pesquisador do objeto investigado por meio de critérios sistemáticos e transparentes, reduzindo vieses pessoais, otimizando tempo e agregando confiabilidade aos achados ao evitar abordagens empíricas pouco fundamentadas (BRIZOLA e FANTIN, 2016).

Assim, definiu-se um protocolo de pesquisa dividido em cinco etapas: (a) definição dos repositórios de conhecimento e respectivas estratégias de busca; (b) consultas nas bases de dados; (c) organização do acervo levantado; (d) definição dos critérios de seleção e avaliação dos documentos; (e) composição de mostra bibliográfica para aprofundamento e síntese.

Na primeira etapa (a), foram definidos três repositórios como fontes principais de dados: o Portal de Periódicos da CAPES, a SciELO e o Repositório do Conhecimento do IPEA[3] (RCIPEA). Foram propostas palavras-chave orientadoras de pesquisa que melhor apresentassem pertinência ao assunto estudado, a saber: "Arquitetura", "Assistência Técnica", "Assessoria Técnica", "ATHIS", "Ensino", "Universidade", "Habitação", "Social" e "Projeto". Esses termos foram agrupados em conjuntos por relações de pertinência antes de serem submetidos aos campos de busca, objetivando estabelecer um primeiro filtro de relevância dos resultados e um melhor direcionamento ao tema estudado (Figura 1).

Figura 1 – Organização dos termos de busca




Fonte: Os autores

Cada agrupamento orientou a composição do portifólio de resultados levantados, o termo "Arquitetura" está presente em todos os conjuntos como filtro-guia da área de estudo. Os grupos configuram-se: **Grupo 1** – "Arquitetura, Universidade, ATHIS", **Grupo 2** – "Arquitetura, Assessoria Técnica, Universidade", **Grupo 3** – "Arquitetura, Assistência Técnica, Universidade", **Grupo 4** – "Arquitetura, Ensino, Habitação, Social, Projeto", **Grupo 5** – "Arquitetura, Social, Ensino, Projeto, Participação".

[3] IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Na etapa seguinte (b), foram realizadas as buscas nas referidas plataformas no dia 23 de agosto de 2024. Aplicaram-se os filtros de "Artigos" para as bases da CAPES e SciELO e, no caso da RCIPEA, o filtro por área temática "Habitação". O recorte temporal adotado abrangeu os últimos dez anos, assegurando a atualidade da produção científica considerada. Como resultado, foram identificadas 140 publicações, estas submetidos a etapa de catalogação (c) conforme os agrupamentos de termos utilizados nas referidas plataformas de busca (Tabela 1).

Tabela 1 – Resultados obtidos nos repositórios por grupos de termos-chave

| **Repositórios** | Grupo 1 | Grupo 2 | Grupo 3 | Grupo 4 | Grupo5 | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CAPES | 6 | 6 | 12 | 11 | 11 | 46 |
| SciELO | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| RCIPEA | 8 | 24 | 24 | 19 | 17 | 92 |
| **Total** | 15 | 31 | 36 | 30 | 28 | 140 |

Fonte: Os autores

Na etapa de avaliação (d), a partir dos títulos, resumos e conclusões, aplicou-se como critério de inclusão, a pertinência à pergunta de pesquisa, a clareza metodológica e o foco em ensino, HIS e participação popular foram os principais elementos considerados. Após essa triagem, 10 trabalhos foram analisados, sendo agrupados em cinco categorias analíticas, conforme os assuntos: **Críticas ao Modelo Pedagógico (CMP); Participação Popular (PP); Experiências de Ações de Extensão (EAE); Experiências de Escritórios Modelo (EEM); Experiências em Disciplinas (ED)**. A etapa final (e) consistiu na organização dos resultados obtidos de acordo com os assuntos tratados (Quadro 1).

Quadro 1 – Classificação dos artigos encontrados por assunto-chave.

| **Autores** | **CMP** | **PP** | **EAE** | **EEM** | **ED** |
|---|---|---|---|---|---|
| ANDRADE et al, 2019 | | | | | |
| BORDENAVE, 2023 | | | | | |
| MATSUNAGA et al, 2019 | | | | | |
| PARLATO et al, 2020 | | | | | |
| SCHÜSSLER et al, 2021 | | | | | |
| VIEIRA et al, 2019 | | | | | |
| VIERIA et al, 2021 | | | | | |
| VILLA et al, 2018 | | | | | |
| VILLA e POLISSELI, 2022 | | | | | |
| WIESE et al, 2021 | | | | | |

Fonte: Os autores

## 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Diante da análise dos 10 artigos selecionados destaca-se um padrão recorrente na abordagem das práticas extensionistas como principal estratégia para a aproximação entre universidade e comunidades vulneráveis.

Um total de 09 textos se concentram na apresentação, descrição ou defesa de ações de extensão universitária (**EAE**), configurando-a como principal estratégia de promoção da participação popular. Essa recorrência aponta para uma tendência de articular ensino, pesquisa e extensão por meio de projetos de ATHIS, o que é desejado. Porém, aponta o afastamento dos acadêmicos e da comunidade de maneira contundente por meio de disciplinas obrigatórias.

A temática da participação popular (**PP**) esteve presente também em 9 artigos, demonstrando o discurso participativo entre as iniciativas, como a formulação do projeto de moradia estudantil indígena proposto por Wiese (2021), que amplificou o potencial positivo e inclusivo da participação popular nos processos projetual.

Entretanto, ao investigar a natureza dessa participação nos demais trabalhos, percebe-se que ela ocorre de forma pontual e extracurricular, atrelada a grupos de pesquisa e extensão ou a projetos financiados por editais específicos, como observado nos trabalhos de Schüssler et al (2021), Parlato et al. (2020), Villa e Poliselli (2021), Matsunaga et al. (2019) e Bordenave (2023). Mesmo apresentando metodologias sensíveis às demandas locais, como rodas de conversa, oficinas participativas e coprodução com os moradores, não são práticas incorporadas à estrutura de disciplinas obrigatórias, reforçando o caráter complementar, não central, da participação popular como estratégia no ensino de arquitetura.

Essa carência é reforçada pela baixa presença de experiências ligadas a disciplinas obrigatórias (**ED**). Apenas dois trabalhos abordam diretamente práticas de ensino sob a ótica da ATHIS. Ainda que reforce a abordagem bem-sucedida das práticas na extensão universitária, Andrade et al. (2019) menciona ações integradas a Trabalhos Finais de Graduação e disciplinas optativas, refletindo o caráter marginal dessas práticas dentro da formação acadêmica. O estudo de Villa et al. (2018) configura-se o único exemplar de disciplina de projeto com foco em HIS que faz da participação popular ferramenta direta dos projetos desenvolvidos pelos estudantes.

Quanto às iniciativas vinculadas a Escritórios Modelo (**EEM**), como aqueles descritos por Vieira et al. (2019; 2021), apesar do alto grau de engajamento comunitário e da consolidação metodológica, é relevante pontuar que tais ações ocorrem em uma universidade comunitária (UNESC), o que implica em uma estrutura de financiamento distinta das instituições públicas federais e estaduais. Tal distinção é importante, pois pode afetar diretamente a replicabilidade das práticas em universidades públicas que enfrentam restrições orçamentárias e burocráticas para integrar ensino, extensão e participação social de forma contínua.

Quanto às críticas ao modelo pedagógico (**CMP**), diversos autores apontam a prevalência do ensino tecnicista, desarticulado da realidade social e pouco sensível às práticas participativas. Apontam, ainda, para a necessidade de superação de uma pedagogia centrada na figura do arquiteto como "criador" e defensor de repertórios formais, e propõem em seu lugar metodologias dialógicas e engajadas, inspiradas em práticas freireanas e na coprodução do espaço Bordenave (2023).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, esse artigo traz respostas parciais às questões de pesquisa postas, uma vez que é um resultado inconcluso e que carece maior investigação e aprofundamento, mas ventila possíveis caminhos e reforça a relevância da pesquisa.

Os resultados apontam haver iniciativas de *ensino de HIS e ATHIS* relevantes sendo desenvolvidas em universidades de diferentes regiões do país, são predominantes as ações de extensão ou projetos de curta duração, e não em disciplinas obrigatórias.

A ausência de disciplinas obrigatórias que integrem metodologias participativas, de forma contínua, revela uma lacuna significativa na formação de profissionais aptos a atuarem na ATHIS em uma relação horizontal com a população. A quase ausência de estratégias de vinculação ensino e ATHIS aponta a persistente tendência de afastamento entre ensino e prática social, conforme as críticas de Bordenava (2023).

A participação popular, aparece de forma pontual, isolada e descontinuada, o que compromete sua consolidação como ferramenta pedagógica estruturante, fragilizando também o processo de empoderamento da população marginalizada.

Ampliar essa investigação possibilita ampliar a participação popular no ensino e desenvolver, no discente, maior competência para coordenação dos processos de ATHIS superando apenas a questão técnica, atuando em território vulneráveis

Este trabalho traz resultados do recorte de dez publicações, levantando a questão: por que tão poucos registros, considerando a relevante tema e o marco legal que o sustenta? Acima de uma possível limitação dos resultados apresentados, há o indício da pouca prática, visibilidade ou mesmo importância dada às estratégias de ensino/aprendizagem voltadas à atuação em HIS e ATHIS. Tal questão reforça Porangaba (2019) e Schwetz e Bernardini (2022) quando afirmam que a HIS, no ensino, é vista como tema secundário, posta à margem dos currículos obrigatórios.

Como desdobramento desta etapa inicial, prevê-se o levantamento e na análise dos currículos das instituições que atuam no ensino de HIS e novo mapeamento bibliográfico incluindo anais de congressos temáticos, teses e dissertações.

## REFERÊNCIAS

ALDIGUERI, Camila R.; BRASIL, Amiria B.; BARROSO, Aline M.C. **Habitação de interesse social: da experiência de ensino-aprendizagem à prática profissional.** In: XIX ENANPUR, Anais. Blumenau: ANPUR, 2022. Disponível: https://anpur.org.br/anais-do-xix-ena/. Acesso out. 2024.

ANDRADE, Liza M.S. de; LOUREIRO, Vânia R.T.; LENOIR, Juliette A.F.; LEMOS, Natália da Silva. **Extensão e tecnociência solidária: periférico no DF e entorno.** Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 26, n. 38, p. 189, 2019.

ANTUNES, L. **Minha Casa perto do fim? Programa habitacional popular faz 10 anos com menos dinheiro e sob pressão para mudar nome e regras.** UOL Economia, São Paulo, 13 mar. 2019. Disponível em: https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#cover. Acesso em: nov. 2024.

BORDENAVE, Geisa. **Dimensão pedagógica e ético-política do trabalho social em um projeto ATHIS.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 487–494, set./dez. 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/SbRyH6FRTPxNvK6KXzgnqHJ/?lang=pt. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Organização do

texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____ . **Lei nº 11.888**, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 dez. 2008.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. **Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura.** Revista de Educação do Vale do Arinos – RELVA, Juara, v. 3, n. 2, p. 23–39, jul./dez. 2016. Disponível: https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738. Acesso set. 2024.

COMITÊ DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (CESCR). Comentário Geral nº 4: **O direito à moradia adequada** (art. 11(1) do Pacto). Genebra: ONU, 13 dez. 1991. Disponível em: https://www.refworld.org/legal/general/cescr/1991/en/53157. Acesso em: 21 nov. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional no Brasil, 2022.** Ministério das Cidades. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/. Acesso em: ago. 2024.

MATSUNAGA, Melissa; SILVA, Marcelle Vilar da; TAKAMATSU, Patricia. **Assistência técnica em arquitetura e urbanismo via extensão universitária em Macapá-AP: a experiência do ATAU-UNIFAP.** In: XVIII ENANPUR, 18., 2019, Natal. Anais. Natal: ANPUR, 2019. Disponível: https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/ capapdf.php?reqid=674. Acesso: out. 2024.

OLIVEIRA, L. A. de; MANZI, M. **Urbanização de assentamentos precarizados e direito à cidade.** Revista Territorialidades, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 7–16, 2020. Disponível: https://portal deperiodicos.ucsal.br/index.php/revistaterritorialidades/article/view/719. Acesso: nov. 2024.

PARLATO, Sara; SANTOS, Luana H.; MEDVEDOVSKI, Nirce S. **Novos desafios da extensão universitária em tempos de COVID: assistência técnica em assentamentos precários.** PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, Pelotas, v. 5, n. 16, 2020. Disponível: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/20208. Acesso: out. 2024.

PORANGABA, Alexsandro Tenório. **O lugar da habitação de interesse social no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: uma análise curricular (1930-2018).** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. 325p.

PORCIONATO, Gabriela Lanza. **Programa Minha Casa Minha Vida: a construção social de um mercado.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2016.

SCHÜSSLER, Karina Rossana Menezes; MORAES, Odair Barbosa de; ZACARIAS, Paula Regina Vieira. **Assistência técnica para habitação de interesse social: experiências acadêmicas e institucionais em Alagoas**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA – SINGEURB, 3., 2021, Maceió. Anais. Porto Alegre: ANTAC, 2021. p. 495–502. Disponível: https://eventos.antac.org.br/index.php/singeurb/article/view/1124. Acesso out. 2024.

SCHWERTZ, Yasmim Araki; BERNARDINI, Sidney Piochi. **Sistematização e análise das iniciativas de ATHIS nas escolas de Arquitetura e Urbanismo no estado de São Paulo.** In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP, 2022, Campinas. Anais eletrônicos. Campinas: UNICAMP, 2022. Disponível em: https://prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2022P20431A37572O4706.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga; ZANCAN, Evelise Chemale; RODRIGUES, Vanildo. **Escritório Modelo Interdisciplinar (EMI): projeto participativo no bairro Nova York – Forquilhinha/SC.** Revista CIVILTEC, Criciúma, v. 2, n. 1, p. 49–50, 2019. Disponível: https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/engcivil/issue/view/230. Acesso: out. 2024.

VIEIRA, Jorge L.G. ZANCAN, Evelise C.; RODRIGUES, V.. **Projeto EMI: ensino e projeto de extensão com participação social no município de Forquilhinha/SC.** Revista de Extensão e Cultura, v. 4, n. 1, 2021. Em https://www.periodicos.capes.gov.br/ndex.php/acervo /buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W3082677554. Acesso: out. 2024.